



RAÍZES DO CORONELISMO: COMO O PASSADO MOLDA O SEXISMO NAS ESCOLAS DE GOIÁS

Jéssica Martins Piani Ribeiro ¹

Resumo

Este estudo investiga a influência do coronelismo na educação de mulheres em Goiás, demonstrando como esse sistema histórico perpetuou desigualdades de gênero no ambiente escolar. A pesquisa analisa o contexto da educação em Goiás ao longo do tempo, destacando as barreiras impostas às mulheres e sua constante luta por equidade. Além disso, o trabalho aborda os desafios que ainda hoje se apresentam para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e libertadora, que esteja livre de sexismo e de preconceitos. Por meio dessa análise, busca-se compreender como as estruturas de poder do passado seguem a ecoar no presente, moldando as experiências educacionais das mulheres goianas.

Palavras-chave: Coronelismo, educação, gênero, Goiás, sexismo.

Abstract

This study investigates the influence of coronelismo (a Brazilian form of political bossism) on the education of women in Goiás, demonstrating how this historical system perpetuated gender inequalities within the school environment. The research analyzes the context of education in Goiás over time, highlighting the barriers imposed on women and their constant struggle for equity. Furthermore, the work addresses the challenges that still exist today in the construction of a truly inclusive and liberating education, free from sexism and prejudice. Through this analysis, the aim is to understand how the power structures of the past continue to resonate in the present, shaping the educational experiences of women in Goiás.

Keywords: Coronelismo, education, gender, Goiás, sexism.

Resumen

Este estudio investiga la influencia del coronelismo en la educación de mujeres en Goiás, demostrando cómo este sistema histórico perpetuó las desigualdades de género en el ámbito escolar. La investigación analiza el contexto de la educación en Goiás a lo largo del tiempo, destacando las barreras impuestas a las mujeres y su constante lucha por la equidad. Asimismo, el trabajo aborda los desafíos que aún hoy se presentan para la construcción de una educación verdaderamente inclusiva y liberadora, que esté libre de sexismo y prejuicios. A través de este análisis, se busca comprender cómo las estructuras de poder del pasado siguen resonando en el presente, moldeando las experiencias educativas de las mujeres goianas.

Palabras clave: Coronelismo, educación, género, Goiás, sexismo.

¹Pós Graduando do PPGEIO da Universidade Estadual de Goiás - GO, jessicarpiani@gmail.com;



INTRODUÇÃO

"Para todas as mulheres que já foram silenciadas, diminuídas, julgadas, que já tiveram seus sonhos podados, suas asas cortadas, suas vozes caladas. Para todas as mulheres que já foram vítimas de violência, de preconceito, de discriminação. Para todas as mulheres que já foram impedidas de serem livres, de serem elas mesmas, de serem felizes. (...) Para todas as mulheres que já foram caladas, mas que ainda têm voz. Para todas as mulheres que já foram feridas, mas que ainda têm força. (...) Para todas as mulheres que já foram desrespeitadas, mas que ainda podem ser amadas." (MEDEIROS, 2014)

Para iniciar este artigo, adota-se como suporte duas referências de autoras que tratam a questão da mulher em perspectiva feminista e sociológica. A primeira é a de Medeiros, na epígrafe acima, que aborda a temática da violência contra a mulher de forma abrangente, destacando as diversas formas de opressão que impedem a liberdade e a felicidade feminina. E a segunda é de Simone de Beauvoir, que, ao dizer "cortam-lhe as asas e lamentam que não saiba voar" (BEAUVOIR, 2016, p. 371), retrata a realidade de muitas mulheres que, ao longo da história, foram privadas de oportunidades e liberdades por estruturas de poder opressivas.

Em Goiás, o coronelismo, sistema político predominante entre os séculos XIX e XX, desempenhou um papel crucial na perpetuação de desigualdades de gênero, cujos reflexos ainda se fazem presentes nas instituições de ensino. O coronelismo, marcado pelo domínio econômico, político e social dos "coronéis" líderes locais com grande influência, estabeleceu uma cultura patriarcal que marginalizou as mulheres na sociedade. Essa estrutura de poder, profundamente enraizada na hierarquia social da época, moldou as relações sociais, políticas e econômicas, mantendo a sujeição feminina e restringindo drasticamente seu acesso à educação formal, limitando-as ao aprendizado doméstico de habilidades como costura e afazeres do lar, e excluindo-as de espaços de debate político e social.

A escola, como instituição fundamental na formação de valores e identidades, não se manteve imune à influência desse sistema. As práticas pedagógicas, o currículo que frequentemente negligenciava conteúdos relevantes para o universo feminino e as relações de poder dentro do ambiente escolar foram influenciados por essa cultura patriarcal, prolongando a condição de subalternidade da mulher e reforçando estereótipos de gênero que limitavam suas oportunidades educacionais.

Nesta perspectiva, as instituições educacionais goianas, qual testemunhas silenciosas de uma história marcada por profundas desigualdades sociais, carregam consigo as marcas de um passado complexo. A luz desse contexto, surgem as seguintes problematizações: Como o



sistema coronelista moldou o acesso à educação para as mulheres em Goiás? Quais as nuances da trajetória da educação feminina formal no estado, desde a primeira escola para meninas? Que desafios e conquistas marcam a busca por equidade na educação goiana, delineando os caminhos para a igualdade de gênero? Como o sexismo se manifesta nas escolas, quais seus desafios e perspectivas para superá-lo em Goiás? E, por fim, como o movimento feminista tem atuado para combater o sexismo e promover a igualdade de gênero na educação em Goiás, considerando suas trajetórias, debates e perspectivas atuais? Este estudo se propõe a analisar os meandros pelos quais o coronelismo, sistema que exerceu domínio sobre a vida política e social de Goiás durante longas décadas, imprimiu sua marca nas práticas educativas, resultando na marginalização e na subjugação das mulheres.

Debruçar-nos sobre esse período histórico nos impele a uma reflexão sobre a necessidade premente de uma educação que se pautar pela igualdade de gênero e pelo respeito à diversidade, buscando transcender as estruturas de poder patriarcais que, ao longo da história, limitaram a liberdade e a plena autonomia feminina.

A educação feminina em Goiás sob o domínio dos coronéis.

A história da educação feminina em terras goianas revela um cenário de profundas desigualdades e tensões, intrinsecamente articulado ao sistema político coronelista e aos valores patriarcais que conformavam os papéis sociais de homens e mulheres. Em 1830, a instituição da primeira escola pública em Goiás, destinada exclusivamente ao sexo masculino, explicitava a secundarização da educação feminina, relegando as mulheres ao âmbito doméstico, a um aprendizado geralmente informal e de limitado alcance.

Tal ocorrência inaugural delineava os contornos de um sistema educacional que, por um extenso período, reproduziria as relações de poder e as assimetrias de gênero então presentes na sociedade goiana, como Bretas (1991) já havia demonstrado em seus estudos sobre a instrução pública na província. É importante destacar, nesse contexto, que a educação do campo, como um espaço de resistência e luta por justiça social, pode contribuir para a superação das desigualdades de gênero e para a construção de um futuro mais igualitário (SOUZA, 2018). Conforme Rocha (2014) assinala, o currículo escolar durante o período imperial era definido sob uma lógica centralizadora, buscando a uniformização do ensino e a difusão de valores considerados "dignos" pelas elites. Essa seleção de conteúdos intensificava as hierarquias sociais e as disparidades entre os gêneros, mantendo as mulheres à margem do conhecimento sistematizado e da participação na vida pública, em consonância com as análises de Julia (2001) sobre a cultura escolar enquanto objeto histórico.



A ausência de estabelecimentos de ensino voltados para o público feminino e a prática de mantê-las circunscritas ao espaço doméstico ilustram a força das relações de gênero na sociedade goiana oitocentista. Como Leal (1980, p. 76) registrou, não era costume que as mulheres partilhassem da mesa durante as refeições, e a escassez de instituições dedicadas à instrução feminina era patente. Tal conjuntura lança luz sobre a forma como as desigualdades se manifestavam não apenas no acesso à educação formal, mas também nos costumes e nas interações sociais, corroborando as reflexões de Chartier (1990) acerca das práticas e representações na história cultural.

A educação feminina, portanto, era concebida como um apêndice, com o propósito fundamental de prepará-las para os papéis de esposa e mãe. O universo feminino era associado a atributos como "pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade, generosidade, espiritualidade e patriotismo" (Almeida, 1998, pp. 17-18), construindo a imagem da "mulher ideal" e restringindo sua atuação no tecido social. Sob essa perspectiva, a mulher era vista como um ser moralmente superior, incumbida de zelar pelos valores familiares, mas considerada incapaz de participar ativamente da vida pública e política, ecoando a reflexão de Beauvoir (1949) sobre a construção social da mulher como "o outro". Em solo goiano, a dinâmica entre o coronelismo e o patriarcado fortalecia essa perspectiva, impulsionando a fundação de espaços educativos voltados unicamente para o público feminino.

Tais estabelecimentos, embora representassem um progresso, ainda que limitado, se comparados à completa inexistência de instrução formal para as mulheres, mantinham-se alinhados a uma mentalidade conservadora e restritiva. O programa de estudos oferecido às jovens priorizava habilidades consideradas inerentes ao universo feminino, como a costura, o bordado e a música, enquanto áreas do conhecimento tidas como mais "intelectuais", a exemplo da matemática, das ciências e da política, permaneciam em posição secundária e para os homens.

Essa conjuntura, marcada pela segregação e pela limitação do ensino feminino, contribuiu para a construção de uma narrativa que, por muito tempo, relegou a mulher a um papel secundário na sociedade goiana. No entanto, mesmo em meio a esse contexto restritivo, emergiram iniciativas que, embora ainda permeadas por visões conservadoras, buscavam ampliar o acesso à educação para as meninas. Um marco nesse processo foi a fundação da primeira escola pública para meninas em Goiás, em 1875, um evento que inaugurou uma nova fase na história da educação feminina no estado.



A primeira escola para meninas em Goiás.

Em 1875, Goiás testemunhou a inauguração da primeira instituição pública dedicada à instrução feminina, inserida em um período de transformações sociais e de uma progressiva valorização da educação das mulheres. A subsequente fundação da Escola Normal de Goiás, em 1880, constituiu um marco significativo nesse percurso, ao proporcionar a formação de futuras docentes e expandir, ainda que timidamente, as oportunidades para as mulheres goianas. Contudo, como observa Resende (2001), o programa formativo da referida instituição persistia em direcionar-se à preparação de "boas esposas e mães", o que, inevitavelmente, robustecia os estereótipos de gênero e restringia o leque de possibilidades profissionais para o sexo feminino. É importante lembrar que o currículo escolar durante o período imperial era definido sob uma lógica centralizadora, buscando a uniformização do ensino e a difusão de valores considerados "dignos" pelas elites, o que intensificava as hierarquias sociais e as disparidades entre os gêneros, mantendo as mulheres à margem do conhecimento sistematizado e da participação na vida pública (ROCHA, 2014).

Convém destacar que a instituição da Escola Normal ocorreu em meio a debates e tratativas acerca da instrução feminina. Segundo Bretas (1991), a proposta de educar as mulheres enfrentou oposição, sob o pretexto de que tal iniciativa poderia afastá-las de suas funções convencionais. Todavia, a progressiva necessidade por docentes e a disseminação de ideais liberais e feministas impulsionaram a superação dessas objeções e a sedimentação da Escola Normal como um estabelecimento relevante na trajetória da educação feminina em Goiás. Não obstante, ao mesmo tempo à reafirmação das expectativas daquele período, as escolas destinadas às mulheres também se converteram em cenário para a emergência de novas concepções. Professoras oriundas de outras regiões traziam consigo outras visões de mundo, questionando os hábitos vigentes e inspirando suas educandas.

No início do século XX, o movimento feminista ganhava força em Goiás, impulsionado por um contexto global de transformações. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) teve um impacto significativo na inserção das mulheres no mercado de trabalho. Com os homens em combate, as mulheres assumiram funções em fábricas, escritórios e hospitais, demonstrando sua capacidade para além das tarefas domésticas. Conforme Goldin (1990) destaca, a guerra "criou uma demanda sem precedentes por trabalho feminino, abrindo oportunidades em setores antes dominados por homens". Essa experiência contribuiu para questionar os papéis de gênero e fortalecer o movimento feminista no mundo todo.

Acontece que essa entrada no mercado de trabalho se deu em um cenário de muita exploração, com jornadas de trabalho que não acabavam mais, salários muito baixos e



condições de trabalho ruins. Perrot (1988) observa que o contexto da guerra exacerbou a exploração do trabalho feminino, expondo as mulheres a condições laborais profundamente precárias. E mesmo com tudo isso, com tantas dificuldades, a presença das mulheres trabalhando ajudou na luta por direitos e por igualdade.

Nesse contexto, a luta por uma educação feminina emancipadora em Goiás se alinhava à luta por transformações sociais mais amplas. Katuta e Melzer (2015) destacam que a busca por uma educação que liberte e promova a igualdade social se estende por todas as áreas da vida, questionando as estruturas de poder e os modelos tradicionais que leve em conta as especificidades do contexto social e histórico dos educandos, incluindo as questões de gênero.

Vale ressaltar a figura de Leolinda de Figueredo Daltro, uma das primeiras professoras de Goiás, que se tornou um símbolo da luta pela educação feminina no estado e pelo sufrágio feminino no Brasil, como destacado por Pinsky e Pedro (2012).

O poema "O Beco da Escola" de Cora Coralina: "Esquecidas mestras de Goiás. Elas todas - donzelas, sem as emoções da juventude. Passavam a mocidade esquecidas de casamento, atarefadas com crianças. Ensinando o bê-a-bá às gerações." (CORALINA, 2001) Ao retratar a realidade das professoras goianas que dedicavam suas vidas à educação, renunciando a outras oportunidades, serve como um espelho da época.

A instituição escolar manifestava-se como um ambiente de dualidades. Se, por um lado, oferecia às mulheres a oportunidade de adquirir conhecimento e aprimorar suas habilidades intelectuais, por outro, a formação feminina era concebida de modo a não transgredir as fronteiras da tradição, consolidando os vínculos com a maternidade, o núcleo familiar e o matrimônio (Louro, 2000, p. 458). A partir da década de 1930, a educação feminina no Brasil vivenciou uma transformação.

A modernização e a industrialização do país demandavam mão de obra qualificada, abrindo novas oportunidades para as mulheres no mercado de trabalho e delineando a necessidade de uma educação feminina que as preparasse para ocupar esses novos postos (Del Priore, 2004). Simultaneamente, a luta das mulheres por seus direitos se intensificava, com o movimento feminista reivindicando o direito ao voto, à educação e ao trabalho (HAHNER, 2004). Foi somente em 1961 que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) garantiu a igualdade de acesso à educação para todos, independentemente do sexo.

Em Goiás, a dinâmica entre coronelismo e patriarcado impulsionou a criação de escolas exclusivas para meninas. Apesar de representarem um avanço, essas instituições reforçavam estereótipos de gênero, priorizando habilidades como costura e bordado em detrimento de áreas como matemática e ciências. A fundação da primeira escola pública para meninas em 1875 e



da Escola Normal em 1880 marcou o início de uma nova fase na educação feminina, ainda que limitada pela visão conservadora da época.

Caminhos para a igualdade de gênero na educação em Goiás

Embora progressos tenham sido alcançados, a igualdade de gênero na educação em Goiás permanece como um objetivo a ser plenamente concretizado. Desafios ainda persistem, como a disparidade no acesso a certos campos de estudo e carreiras, além dos obstáculos à conciliação entre a vida profissional e as responsabilidades da maternidade. Nesse cenário, o movimento feminista, com seu arcabouço teórico e suas lutas históricas, teve um papel fundamental na desconstrução de estereótipos e na busca por equidade de oportunidades. Conforme a definição de Carla Cristina Garcia (2015, p. 23):

Uma tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim.

O currículo escolar, nesse contexto, pode ser um instrumento de perpetuação de estereótipos de gênero e de limitação das oportunidades das mulheres. Como afirmam Marques e Misnerovicz (2020, p. 11),

"...no território do currículo... há concepções de mundo, sociedade e ser humano antagônicas. Isso mostra como o currículo não é apenas um amontoado de conteúdos e diretrizes, mas um instrumento de transformação/conservação de realidades sociais, comportamentos e mentalidades".

A importância do movimento feminista na década de 1970 para a conquista de direitos e a ampliação do espaço das mulheres na sociedade é enfatizada pela historiadora Marisa Tavares (1995). Segundo Tavares, o movimento feminista global, que contou com figuras como Betty Friedan e organizações como a NOW, foi um importante catalisador na luta por direitos, influenciando, inclusive, o cenário goiano. Entretanto, a autora adverte que a luta pela igualdade de gênero é um processo longe de ser concluído e que ainda persistem muitos desafios a serem superados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 representou um marco importante na garantia da igualdade de acesso à educação para todos, independentemente do sexo. No entanto, a legislação por si só não foi suficiente para eliminar as barreiras enfrentadas



pelas mulheres. A conciliação entre vida profissional e familiar, por exemplo, continuava a ser um desafio, especialmente pela falta de políticas públicas de apoio à mulher e à família.

Maria Amélia de Almeida Teles (1999) destaca a importância de políticas públicas que promovam a educação da mulher, elevem o nível de instrução feminina, protejam as mães e a infância, garantam legislativamente o trabalho feminino, auxiliem as iniciativas da mulher e a orientem na escolha de uma profissão, estimulem a sociabilidade entre as mulheres e as interessem pelas questões sociais e de alcance público, assegurem direitos políticos e preparem as mulheres para o exercício desses direitos.

O período entre 1970 e 2000, portanto, revelou a necessidade de ações contínuas e consistentes para combater o preconceito de gênero e garantir a igualdade de oportunidades para todas as mulheres. O acesso à educação, por si só, não garante a igualdade, mas exige uma educação inclusiva e livre de preconceitos. O avanço do feminismo foi lento, acompanhando a luta pela ampliação do espaço democrático no país. Ferreira e Bonan (2005) ressaltam a importância de reconhecer as lutas que antecederam o feminismo contemporâneo, como a das mulheres indígenas contra a violência dos colonizadores, das mulheres negras contra a escravidão e das mulheres brancas que romperam com as limitações do mundo privado para conquistar direitos de cidadania. Segundo elas:

"De forma organizada e coletiva, ou individualmente, foram inúmeras as mulheres que contribuíram para a construção de nossa condição feminina atual. A elas devemos o reconhecimento da cidadania feminina, com leis e reformas sociais que até hoje nos beneficiam" (Ferreira & Bonan, 2005, p. 49).

Apesar dos inegáveis progressos, a educação feminina em Goiás, curiosamente, ainda reflete traços de um passado que se pretendia superar. Como garantir, em pleno século XXI, que todos, independentemente do sexo, tenham acesso a uma educação de qualidade e verdadeiramente livre de preconceitos? Esse desafio permanece urgente e exige a desconstrução de estereótipos de gênero, além da promoção efetiva da igualdade de oportunidades. A história goiana, nesse sentido, é rica em exemplos de mulheres que, com notável força e resiliência, enfrentaram as amarras do coronelismo e do patriarcado. Essas pioneiras, ao desafiarem as normas sociais vigentes, especialmente no que tange à educação, pavimentaram o caminho para as gerações subsequentes. O legado dessas mulheres é inestimável: um legado de empoderamento feminino e profunda transformação social.

Algumas mulheres conseguiram romper com essas barreiras e se destacaram como educadoras e líderes comunitárias. Leolinda de Figueredo Daltro, por exemplo, foi uma das



primeiras professoras do estado, atuando como diretora da Escola Normal de Goiás e contribuindo para a formação de novas gerações de educadoras (Palácio, 1982). Sua trajetória inspiradora a colocou como referência na luta pela educação feminina em Goiás. Outra figura importante foi Cora Coralina, renomada escritora goiana que também atuou como professora. Em seus poemas, Cora retrata a importância da educação para a transformação social, destacando o papel fundamental das mulheres na construção de uma sociedade justa (Coralina, 2001).

Em meio às estruturas rígidas do coronelismo que imperavam no interior de Goiás, na Lagolândia (Distrito de Pirenópolis-GO) do início do século XX, emerge a figura singular de Benedita Cipriano Gomes, a Santa Dica. Nascida em 1893, sua vida foi transpassada por um evento místico aos treze anos: declarada morta, teria retornado à vida durante seu velório. Esse acontecimento, tido como um milagre, não apenas a alçou à condição de santa popular, mas também forjou nela uma liderança improvável em uma sociedade profundamente patriarcal. A "Santa de Lagolândia" atraía multidões com sua pregação de uma fé simples e direta, tornando-se um ponto de referência para os desvalidos e um símbolo de esperança em meio às dificuldades da vida rural. É nesse contexto que, segundo relatos, Santa Dica se posicionou a favor da divisão de terras, uma postura radical que desafiava frontalmente a base do poder latifundiário dos coronéis, incluindo o influente José da Costa Faria, o Coronel Zé Faria.

Como mulher em uma sociedade dominada por homens, e ainda mais, como líder religiosa que defendia uma pauta progressista como a redistribuição de terras, Santa Dica personifica a força feminina que resiste e subverte as expectativas. Sua liderança carismática, construída sobre a fé e a devoção, constituía uma força social que escapava ao controle das oligarquias locais. Os relatos, mesclados ao lendário, sobre os embates entre Dica e o Coronel Zé Faria revelam a tensão entre o poder tradicional, alicerçado na violência, na intimidação e na concentração fundiária, e o poder carismático de uma mulher que, armada apenas com sua fé e sua convicção na justiça social, mobilizava e inspirava a comunidade. Benedita Cipriano Gomes, falecida em 1959, transcende a figura da santa milagreira e se inscreve na história como um exemplo notável da capacidade de agência e resistência feminina em face do patriarcado e do coronelismo, defendendo, inclusive, pautas que ecoam as lutas contemporâneas por reforma agrária. (SILVA,2019)

Ao se debruçar sobre a historiografia de cunho tradicional, percebe-se que, não raro, a narrativa confere maior ênfase às realizações masculinas, relegando às mulheres uma participação menos proeminente. Em Goiás, esse fenômeno se torna perceptível ao constatarmos o relativo esquecimento em que foram deixadas algumas figuras femininas de



inegável importância. Outra figura que merece ser lembrada é a Maria Angélica da Costa Brandão, também conhecida como Nhanhá do Couto.

Nascida na Cidade de Goiás no final do século XIX, Nhanhá do Couto desafiou as normas sociais de sua época, tornando-se uma pioneira na música e na promoção cultural. Ela organizou a primeira orquestra da cidade, compôs trilhas sonoras para filmes mudos, fundou um clube carnavalesco feminino e criou grupos de teatro e música em diferentes localidades do estado. Seu feito mais notável foi a criação da primeira orquestra feminina do Brasil, um marco na história da música brasileira e um testemunho de sua determinação em abrir espaços para a participação das mulheres na arte. A invisibilidade de figuras como Nhanhá do Couto na historiografia goiana reflete uma problemática mais ampla: a desvalorização e o apagamento das contribuições femininas na construção da história. Conforme aponta Michelle Perrot (1998), as mulheres foram historicamente silenciadas, e suas experiências e ações, ignoradas ou distorcidas. Essa lacuna na narrativa histórica perpetua desigualdades e inibe a compreensão da complexidade da sociedade.

Diante dos desafios persistentes na busca por igualdade de gênero na educação, o movimento feminista surge como um protagonista na luta por mudanças e na desconstrução de paradigmas. Em Goiás, as mulheres têm se organizado e atuado em diferentes frentes para garantir seus direitos e combater o sexismo em suas diversas manifestações. As trajetórias, debates e perspectivas do feminismo goiano constituem um campo fértil para a análise das conquistas e dos desafios que marcam a busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Feminismo goiano: trajetórias, debates e perspectivas atuais

A trajetória do feminismo em Goiás tem se mostrado cada vez mais rica e cheia de nuances. Se for olhar as pesquisas recentes, como aquelas que destacam as 'vozes que não se calam', encontradas em estudos acadêmicos, artigos e reportagens, percebe-se a quão diversificada é a luta das mulheres goianas por igualdade e emancipação

A tese de doutorado de Prado (2019) oferece um olhar importante sobre essa questão, analisando a vida de Consuelo Ramos Caiado, que pode ser considerada uma "aventureira feminista" para sua época. No início do século XX, em uma sociedade goiana ainda muito tradicional, ela teve a coragem de confrontar as convenções vigentes. Por meio de seus escritos e sua atividade política, Consuelo se tornou uma defensora dos direitos femininos, inspirando outras mulheres e construindo bases para o futuro. Como destaca Prado, o legado de Consuelo é um lembrete da importância de resgatar e celebrar a história dessas precursoras do feminismo goiano, mulheres fortes e determinadas que enfrentaram um contexto extremamente desafiador.



A partir da década de 1970, em Goiânia, o movimento feminista ascende à condição de objeto de investigação na dissertação de mestrado de Machado (2018). A autora, ao debruçar-se sobre a história do movimento, não apenas delinea um panorama de suas organizações, iniciativas e realizações, mas também evidencia a pluralidade de suas frentes de atuação e a relevância da luta pelos direitos das mulheres na capital goiana. Machado tece reflexões acerca da memória do feminismo e seus impactos na sociedade goianiense, sustentando que a busca por equidade de gênero promoveu transformações na cidade e inaugurou novas modalidades de participação feminina no espaço público

A própria cidade de Goiânia se torna um espaço de análise em um artigo de Machado (2018), que nos apresenta uma "cartografia" dos locais de atuação do movimento feminista. Os espaços de encontro, organização e resistência se transformam em pontos de referência na luta pela igualdade de gênero, revelando a relação entre o movimento e o espaço urbano. Essa cartografia, segundo a autora, nos convida a explorar a cidade sob uma nova perspectiva, reconhecendo a importância dos lugares de memória do feminismo e a maneira como a luta das mulheres se inscreve na própria paisagem urbana.

O Jornal Opção (2018), por sua vez, publica uma reportagem sobre o "feminismo de muitas faces" em Goiânia, destacando a diversidade de grupos e frentes de atuação do movimento na cidade. A reportagem, que traz à tona as vozes de ativistas e pesquisadoras, aborda temas como o feminismo negro, o combate à violência contra a mulher e a luta por igualdade de gênero na política e no trabalho. Essa multiplicidade de perspectivas, como mostra a reportagem, enriquece o debate sobre o feminismo e nos motiva a conhecer as diferentes realidades e demandas das mulheres goianas.

Ao analisar a formação dos movimentos feministas em Goiás a partir da década de 1980, Ribeiro (2019) direciona seu olhar para a maneira como esses movimentos se organizaram em um estado que, à época, apresentava uma certa distância dos grandes centros urbanos do país. A pesquisa de Ribeiro destaca a importância crucial das associações de mulheres na incansável busca por igualdade de condições e direitos, revelando não apenas a notável capacidade de organização e mobilização das mulheres goianas, mas também a forma engenhosa como elas construiu suas próprias redes de apoio e resistência em um contexto social e político frequentemente desafiador.

As pesquisas empreendidas por Marcia Pelá e Eguimar Chaveiro (2021, 2022) oferecem contribuições de grande relevância para a compreensão da dinâmica entre a produção socioespacial de Goiânia e seus reflexos na vida das mulheres que ali residem. Em suas investigações, os autores exploram a intrincada relação entre o urbanismo da cidade, marcado



pela imbricação entre capitalismo e patriarcado, e a perpetuação da invisibilidade e da opressão feminina, com ênfase nas experiências das mulheres trabalhadoras. Suas análises lançam luz sobre as desigualdades de gênero que se manifestam tanto na configuração do espaço urbano quanto nas vivências cotidianas das mulheres goianienses, e sinalizam para a premente necessidade de construção de uma cidade que promova justiça e equidade.

Na obra intitulada "A naturalização da opressão e da violência contra as mulheres na produção socioespacial de Goiânia" (2021), Pelá e Chaveiro demonstram, por exemplo, como a ausência de infraestrutura adequada em determinadas áreas da cidade, reflexo das prioridades econômicas do sistema capitalista, pode intensificar a vulnerabilidade das mulheres à violência urbana. Os autores argumentam que os fundamentos que sustentam essa produção socioespacial a convergência entre capitalismo e patriarcado configuram um cenário urbano caracterizado pelo sexismo, pela fragmentação social, pela desigualdade e pela violência direcionada às mulheres. Nesse contexto, os autores defendem a urgência de desconstruir tais lógicas, enfatizando a importância de edificar uma cidade que, de fato, assegure a equidade de gênero e a plena garantia dos direitos femininos.

Em outro artigo, Pelá e Chaveiro (2022) dedicam-se a uma análise mais aprofundada da invisibilidade e do sexismo que marcam a organização espacial da cidade e as vivências diárias das mulheres que nela habitam. Partindo dessa premissa, os autores desenvolvem o argumento de que a configuração das formas e dos conteúdos urbanos sofre forte influência tanto das dinâmicas intrínsecas ao sistema capitalista quanto dos valores profundamente enraizados na cultura patriarcal, o que, conseqüentemente, contribui para a perpetuação de desigualdades e injustiças que atingem diretamente as mulheres.

Em face dessa constatação, os autores defendem a incorporação de uma lente feminista na concepção e na produção do espaço urbano, uma abordagem que leve em consideração as necessidades e os interesses particulares das mulheres, almejando, assim, a construção de uma cidade que se estabeleça como um território de efetiva igualdade e justiça social.

A herança do coronelismo e do patriarcado em Goiás delineou uma cultura que, ainda atualmente, impõe barreiras à participação feminina na esfera pública e corrobora com estereótipos de gênero. Tal cultura, intrinsecamente ligada às estruturas sociais, revela-se no ambiente escolar de variadas maneiras. Observa-se, por exemplo, uma sutil depreciação da educação para mulheres, concomitante à ênfase em conteúdos programáticos que solidificam papéis tradicionais de gênero. Ademais, é possível constatar a perpetuação de relações de poder marcadas por acentuada assimetria entre homens e mulheres no contexto escolar.



A educação, alicerce de uma sociedade justa, ainda carrega as marcas da desigualdade entre homens e mulheres. É nesse cenário que o movimento feminista se ergue, desafiando convenções e inspirando mudanças. Em Goiás, essa luta ganha força e visibilidade, com mulheres engajadas em uma infinidade de causas. As trajetórias, os debates e as perspectivas do feminismo goiano, com suas peculiaridades e contradições, nos convidam a uma imersão em um universo de lutas, conquistas e esperanças, na busca por uma sociedade onde a educação seja um instrumento de empoderamento e igualdade para todos.

Desafios e perspectivas para combater o sexismo nas escolas de Goiás.

O sexismo, definido como a discriminação baseada no sexo ou gênero, persiste como um desafio nas instituições educacionais em Goiás e em todo o Brasil. A cultura escolar, muitas vezes, reforça estereótipos de gênero, limitando as possibilidades de desenvolvimento de meninas e meninos. Como afirma Louro (1997), a escola, como instituição social, reproduz e reforça as desigualdades de gênero presentes na sociedade, através de práticas pedagógicas, materiais didáticos e relações interpessoais.

Em Goiás a resistência cultural a políticas mais inclusivas, a formação inadequada de professores e a falta de recursos para implementar políticas de igualdade de gênero são obstáculos significativos. Além disso, o controle sobre o currículo e o trabalho docente impede que a educação seja voltada para a formação integral do cidadão. Marques e Misnerovicz (2020, p. 10) denunciam "...o cerceamento cada vez maior sobre o trabalho docente... 'O currículo está sendo voltado não para a formação integral do cidadão e sim para atingir números, e sim para atingir índices...". Souza (2018) também destaca a necessidade de investimentos em formação continuada para professores, a criação de materiais didáticos não sexistas e a promoção de um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso para todos.

Um levantamento do jornal O Popular, utilizando dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2021, revelou que apenas 8% das escolas em Goiás abordam temas relacionados ao machismo em suas atividades. Essa negligência em promover a igualdade de gênero e combater o sexismo é preocupante, especialmente diante do aumento da intolerância de gênero e da violência contra a mulher no estado. As desigualdades se manifestam também no acesso desigual à educação de qualidade. Como apontam Marques e Misnerovicz (2020, p. 5), "...as desigualdades abissais no interior do sistema estadual de ensino. Dados extraídos do site QEDu... sugerem a precariedade de dependências de grande parte das 4.668 escolas públicas goianas".



O Anuário Brasileiro da Violência (2023) apontou Goiás como o quinto estado com mais registros de injúria racial, racismo e homofobia ou transfobia. Dados do IBGE também revelam disparidades de gênero preocupantes em diferentes indicadores educacionais em Goiás. A taxa de analfabetismo entre mulheres é maior do que entre homens, e as meninas apresentam taxas de evasão escolar superiores às dos meninos, especialmente na zona rural. Essas desigualdades refletem a persistência de estereótipos de gênero e a falta de oportunidades iguais para meninas e mulheres na educação.

Nas escolas goianas, o sexismo se manifesta de diversas maneiras, perpetuando desigualdades e prejudicando o desenvolvimento pleno de meninas e mulheres. A reprodução de estereótipos de gênero, muitas vezes inconsciente, por professores e alunos, limita as oportunidades e expectativas para elas, direcionando-as para carreiras consideradas "femininas" e reforçando a ideia de que determinadas áreas do conhecimento são exclusivas para homens. Além disso, a discriminação e o assédio sexual são problemas alarmantes enfrentados por meninas e mulheres nas escolas. Piadas sexistas, comentários depreciativos e toques indesejados criam um ambiente hostil e inseguro, impactando negativamente a autoestima, o desempenho escolar e a saúde mental das vítimas.

A ausência de modelos femininos em posições de poder pode desencorajar meninas a almejem cargos de liderança e reforçar a ideia de que a liderança é um domínio masculino. Essa falta de representatividade perpetua a invisibilidade das mulheres e limita suas oportunidades de ascensão profissional no ambiente escolar.

A luta contra o sexismo nas escolas de Goiás enfrenta diversos desafios complexos e interligados. A resistência cultural, enraizada em valores conservadores e tradições patriarcais, muitas vezes dificulta a aceitação de políticas educacionais mais inclusivas e a promoção da igualdade de gênero. Outro desafio importante é a formação inadequada de professores em relação às questões de gênero e direitos humanos.

A falta de recursos financeiros e o apoio institucional insuficiente são obstáculos significativos para a implementação de políticas públicas de igualdade de gênero nas escolas. A formação continuada de professores, a criação de materiais didáticos não sexistas e a promoção de um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso para todos requerem investimentos que nem sempre são priorizados. É essencial que haja uma alocação adequada de recursos para que as escolas possam desenvolver projetos e programas que promovam a igualdade de gênero e combatam o sexismo de forma efetiva. A criação de espaços de diálogo e reflexão sobre questões de gênero, a implementação de mecanismos de denúncia e o combate



ao assédio sexual também são medidas importantes que dependem de recursos e de apoio institucional para serem colocadas em prática.

A participação ativa da comunidade escolar, incluindo pais, alunos, professores e funcionários, é decisiva para o sucesso de qualquer iniciativa de combate ao sexismo. No contexto do combate ao sexismo, a participação da comunidade escolar se torna ainda mais relevante, pois envolve a transformação de valores e práticas culturais enraizadas. A conscientização sobre as questões de gênero e a desconstrução de estereótipos e preconceitos exigem um diálogo aberto e constante entre todos os membros da comunidade escolar.

Para que a escola seja, de fato, um espaço de promoção da igualdade, é imprescindível que pais e responsáveis também se envolvam, reforçando em casa os valores de igualdade e respeito que são trabalhados no ambiente escolar. O papel dos alunos, nesse contexto, é igualmente fundamental, pois eles próprios podem atuar como agentes de transformação, questionando e modificando as relações de poder tanto na escola quanto em outros espaços. Não menos importante é a participação ativa dos professores e demais funcionários, que, por vivenciarem o cotidiano escolar, estão em uma posição privilegiada para identificar práticas sexistas e, assim, propor soluções.

Investir na formação continuada em questões de gênero e criar espaços para um diálogo aberto e reflexivo é essencial para que os educadores se tornem verdadeiros aliados no combate ao sexismo. Quando estão bem-informados e sensibilizados para essas questões, os docentes se transformam em agentes de mudança, capazes de promover, na prática, a igualdade de gênero em sala de aula e em toda a comunidade escolar.” É crucial lembrar que as reformas neoliberais na educação, com sua ênfase na mercantilização e no controle, podem aprofundar as desigualdades de gênero e limitar as oportunidades para meninas e mulheres (ARAÚJO et al., 2021).”

Além disso, torna-se crucial reforçar a efetiva aplicação de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade de gênero nas escolas, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e do Plano Nacional de Educação (PNE). Paralelamente, o engajamento ativo da comunidade escolar, abrangendo pais, alunos e funcionários, constitui um pilar essencial no combate ao sexismo. Nesse sentido, a promoção de espaços de diálogo, a realização de campanhas de conscientização e o desenvolvimento de atividades que contemplem as questões de gênero são medidas fundamentais para engajar a comunidade escolar nessa luta.

A criação de materiais didáticos inclusivos, que promovam a igualdade de gênero e evitem estereótipos, é um passo crucial para a desconstrução do sexismo na educação. Bell Hooks (1994) defende a importância de uma pedagogia crítica que questione as relações de



poder e as representações dominantes. Para Hooks, a educação deve ser um espaço de transformação social, onde a diversidade é valorizada e as vozes marginalizadas são amplificadas.

Nesse sentido, a representatividade de mulheres em diferentes áreas do conhecimento nos materiais didáticos é fundamental para que as meninas se vejam como protagonistas e se inspirem a seguir seus sonhos e aspirações, sem se limitar a papéis de gênero tradicionais. A valorização da diversidade, por sua vez, contribui para a construção de uma educação mais justa e igualitária, onde todos se sintam representados e respeitados.

Além da criação de materiais didáticos inclusivos, a implementação de mecanismos efetivos de denúncia e combate ao assédio sexual nas escolas é fundamental para garantir a segurança e o bem-estar de meninas e mulheres. Ângela Davis (1981) denuncia a violência sexual como uma ferramenta de opressão e controle, especialmente contra mulheres negras. Para Davis, a luta contra o sexismo e o racismo passa pela criação de espaços seguros e acolhedores, onde todas as pessoas possam se sentir protegidas e respeitadas.

A criação de canais de denúncia acessíveis e confidenciais, a formação de professores e funcionários para identificar e lidar com casos de assédio, e a promoção de uma cultura de respeito e igualdade são medidas essenciais para combater a violência de gênero nas escolas e garantir que todas as meninas e mulheres tenham acesso a uma educação livre de medo e discriminação.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) apresenta dados relevantes sobre a violência contra a mulher no Brasil, evidenciando a necessidade de ações concretas para enfrentar essa problemática. Observe a figura abaixo, que ilustra algumas estatísticas alarmantes sobre a violência de gênero no país.



Anuário Brasileiro
de Segurança Pública 2023

CRESCEM TODOS OS INDICADORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



155 casos diários de Stalking
56.560 registros



INCREMENTO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Assédio sexual
6.114 casos
Aumento de 49,7% dos registros

Importunação sexual
27.530 casos | Crescimento de 37,0%

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Diretores de 1.295 escolas relatam situações de tiroteio ou bala perdida em 2021



DESPESAS COM SEGURANÇA PÚBLICA



VARIAÇÃO DOS \$ COM SEGURANÇA PÚBLICA ENTRE 2019 E 2022



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 revela um panorama preocupante da violência contra a mulher no Brasil, com Goiás também refletindo essa tendência. No ano de 2022, houve um aumento nos casos de feminicídio, chegando a 1.437 vítimas, e nos homicídios dolosos de mulheres. As agressões em ambiente doméstico também cresceram, totalizando mais de 245 mil casos. Além disso, as ameaças contra mulheres e os acionamentos ao 190 relacionados à violência doméstica aumentaram consideravelmente, evidenciando a gravidade da situação e a necessidade de ações efetivas para combater essa problemática.

Esses dados alarmantes são um triste indicativo da persistência de um sistema patriarcal que se encontra profundamente arraigado na sociedade goiana, com raízes que datam do período do coronelismo. A cultura patriarcal, que ao longo da história destinou às mulheres papéis de submissão, cerceando seu acesso à educação e a outros âmbitos da vida pública, ainda exerce forte influência sobre as relações de gênero no estado. A violência contra a mulher, infelizmente, é uma das faces mais cruéis dessa cultura, que se perpetua por meio de estereótipos de gênero, da discriminação e da gritante desigualdade de oportunidades.



Em seu artigo intitulado "O ranço do coronelismo e o poder de tornar os corpos dóceis: a naturalização da violência contra as mulheres na cidade de Goiás", Dutra (2019) lança luz sobre a persistente influência do coronelismo nas relações de gênero e na violência contra a mulher na sociedade goiana. A autora sustenta que o controle patriarcal, um traço marcante do coronelismo, manifesta-se na naturalização da violência contra a mulher, o que contribui para a perpetuação do sexismo e da desigualdade. Essa cultura, que se caracteriza pela dominação masculina e pela submissão feminina, e que tem suas raízes no passado coronelista, reverbera em diversos âmbitos da sociedade, inclusive no ambiente escolar.

É inegável que as marcas do coronelismo e do patriarcado ainda se fazem sentir nas relações de gênero em nosso país. Essa herança nefasta perpetua desigualdades e, o que é ainda mais grave, alimenta a violência contra a mulher. Para combater essa dura realidade, é preciso que o Estado e a sociedade caminhem juntos, lado a lado. Precisamos, urgentemente, promover a igualdade de gênero, investir em uma educação que tenha como base o respeito e assegurar que os direitos das mulheres sejam, de fato, garantidos. Não há outro caminho: se quisermos construir uma sociedade equânime, teremos que superar, de uma vez por todas, esse legado patriarcal, substituindo-o por uma cultura de paz, onde o respeito seja a base de todas as relações.

Conclusão

Quando olhamos para o sexismo nas escolas de Goiás, percebemos que o problema é complicado e tem várias faces, com raízes lá atrás, no tempo do coronelismo e do patriarcado. Ainda hoje, as meninas e mulheres sofrem com as desigualdades na escola. Isso aparece, por exemplo, quando se repetem ideias ultrapassadas sobre o que meninas e meninos podem ou não fazer, quando há casos de violência sexual e quando o acesso a certas oportunidades é diferente para cada gênero. Este estudo mostra como essas coisas de hoje em dia têm a ver com o passado de Goiás, marcado pelo coronelismo, pelo patriarcado e pelo autoritarismo. Tudo isso influencia o jeito que a escola funciona, as regras, os valores e as práticas, e acaba atrapalhando o desenvolvimento pleno das meninas e mulheres. Precisamos entender essa ligação entre o passado e o presente para conseguir mudar essa realidade

Superar o sexismo nas escolas demanda uma transformação profunda na cultura escolar, tendo como pilares a desconstrução de estereótipos de gênero, a promoção da equidade de oportunidades e a celebração da diversidade. Para atingir essa meta, é fundamental investir na formação continuada de professores, desenvolver materiais didáticos livres de sexismo,



implementar políticas públicas efetivas e, acima de tudo, fomentar a participação ativa de toda a comunidade escolar.

É imprescindível engajar todos os atores sociais educadores, gestores, famílias e alunos na construção de um futuro em que a educação se torne uma ferramenta de libertação e empoderamento para todos, sem distinção de gênero. A batalha contra o sexismo é uma jornada contínua que requer o comprometimento de toda a sociedade, visando garantir a todos o acesso a uma educação de qualidade, sem discriminação ou violência.

Esperamos que esta pesquisa sirva como um alerta e um convite à ação para que, possamos quebrar as correntes da desigualdade e construir uma sociedade goiana mais equânime e inclusiva. Que as próximas gerações de meninas e mulheres em Goiás possam usufruir de uma educação libertadora, que lhes permita alcançar seu pleno potencial e contribuir para um futuro mais promissor que as inspire e as liberte para alcançar seu potencial máximo, sem serem limitadas por estereótipos e preconceitos de gênero.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ângela Mendes Ferreira de. **Mulheres e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998.

ALMEIDA, Maria Aparecida de. **Imagens femininas na cultura goiana**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

ALTOÉ, Sonia. **Gênero e educação: a construção da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2008.

ALVES, Branca Moreira; PINTAGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

AMORIM, Maria Fernanda Diniz de. Educação doméstica: a preceptoria no século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 12., 2012, Curitiba. **Anais...** Curitiba: SBHE, 2012. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe12/anais/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

ARAUJO, Alessandro do Carmo et al. **Manifesto: crítica às reformas neoliberais na educação** - prólogo do ensino de geografia. In: Anais do VI Seminário Nacional de Geografia e Educação, 2021, Campinas. p. 17-35.

BARROS, José D'Assunção. **Lyceu de Goyaz: 150 anos de história**. Goiânia: Editora da UFG, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.



BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Pública. **Sinopse estatística do ensino no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da instrução pública em Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Por uma leitura territorial do Cerrado: o elo perverso entre produção de riqueza e desigualdade social. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 40, n. 3, p. 703-723, 2020.

CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. 20. ed. São Paulo: Global, 2001.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 1981.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher brasileira na história**. São Paulo: Contexto, 2004.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

DUTRA, R. B.; ARBUÉS, M. P. O RANÇO DO CORONELISMO E O PODER DE TORNAR OS CORPOS DÓCEIS: A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA CIDADE DE GOIÁS. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Goiânia, Brasil, v. 29, n. 4, p. 684-696, 2020. DOI:10.18224/frag.v29i4.7750. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/7750>. Acesso em: 31 dez. 2024.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. São Paulo: Globo, 1997.



FERNANDES, Rosana C. Educação do Campo como território em disputa. In: SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de (Org.). **Educação no Campo: lutas, experiências e reflexões**. Anápolis: Ed. UEG, 2018. p. 31-41.

FERREIRA, Marcélia Gomes. **Educação e participação feminina na Era Vargas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

FERREIRA, Sueli; BONAN, Claudete. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2005.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2024.

FRIEDAN, Betty. **A Mística Feminina**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2018.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

GOLDIN, Claudia. **Understanding the Gender Gap: An Economic History of American Women**. Oxford: Oxford University Press, 1990.

GOMES, Nilma Lino. Relações raciais, educação e descolonização curricular: alguns apontamentos. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 357-370, abr./jun. 2017.

HAHNER, June Edith. **Mulheres, Estado e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

HIZIM PELÁ, M. C.; CHAVEIRO, E. F. . As mulheres na produção socioespacial de Goiânia: invisibilidade e sexismo. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 202–218, 2021. DOI: 10.5216/ag.v15i2.70240. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/70240>. Acesso em: 14 jan. 2025.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

Jornal Opção. Feminismo em Goiânia: um movimento de muitas faces. Goiânia, 18 mar. 2018. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/feminismo-em-goiania-um-movimento-de-muitas-faces-180945/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

KARAWEJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo pátrio de Leolinda Figueiredo Daltro (1933-1935). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan./jun. 2014.

KATUTA, Ângela Massumi; MELZER, Ehrick Eduardo Martins. A questão agrária e a educação do/no campo: trajetórias de vida e dialogias no trabalho de formação de educadores. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 20, n. 2, p. 451-474, 2015.



LEAL, Oscar. **Viagem às terras goianas**. Goiânia: Ed. UFG, Col. Documentos Goianos, 1980.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

MACHADO, Talita Cabral. A Cidade das Mulheres Feministas: Uma Cartografia de Goiânia (GO). **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 201-218, abr. 2018.

MACHADO, Talita Cabral. **As Vozes que Não se Calaram: História e Memória do Movimento Feminista em Goiânia**. 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018.

MEDEIROS, Martha. **Doidas e Santas**. Porto Alegre: L&PM, 2014.

MARQUES, Ana Carolina de Oliveira; MISNEROVICZ, José Valdir. As concepções de campo e Cerrado no componente curricular Geografia do novo currículo goiano (DC-GO ampliado, 2018). **Élisée - Revista De Geografia Da UEG**, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 1-21, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/35377/26231>. Acesso em: 28 de nov. de 2023.

O POPULAR. Apenas 8% das escolas em Goiás abordam o machismo em suas atividades. **O Popular**, Goiânia, 22 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/index.html>. Acesso em: 18 jul. 2024.

PALÁCIO, Sônia. A presença feminina na escola goiana (1870-1930). **Revista do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação**, v. 1, n. 1, p. 45-55, 1982.

PELÁ, Márcia Cristina Hizim; CHAVEIRO, Eguimar Felício. A naturalização da opressão e da violência contra as mulheres na produção socioespacial de Goiânia. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 20, n. 1, p. 140-155, 2022. DOI: 10.5016/estgeo.v20i1.16408. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/16408>. Acesso em: 26 jun. 2024.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PRADO, Ana Carolina. **Aventuras Feministas nos Sertões de Goiás: as mulheres e as suas lutas nos guardados de Consuelo Ramos Caiado (1899-1931)**. 2019. 298f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.



PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

PYKOSZ, Maria Auxiliadora. Preceptoras em Curitiba (1880-1930): uma história da profissionalização docente feminina. **Revista História da Educação**, v. 12, n. 26, p. 145-162, 2008.

REGO, Nelson; COSTELLA, Roselane Zordan. Educação geográfica e ensino de geografia, distinções e relações em busca de estranhamentos. **Boletim NEPEG de Ensino de Geografia**, [S. l.], v. 1, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/signos>. Acesso em: 18 dez. 2024.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Escola Normal de Goiás: uma história de maestras (1880-1937)**. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

RIBEIRO, N. M. O Feminismo no Cenário Goiano. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13ª JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2019, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. O colégio Pedro II e a institucionalização da geografia escolar no Brasil Império. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 15-34, jan./jun. 2014.

SANDES, Noé Freire; CAIXETA, Vera Lúcia. O sertão remediado: o embate entre a elite goiana e o pensamento sanitaria, 1910-1920. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 397-410, abr.-jun. 2016.

SANT'ANNA, T. E. **Meninas que aprendem, mulheres que ensinam: a feminização do magistério em Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 2003.

SANT'ANNA, T. E.; PENSO, Maria Aparecida. **Gênero e educação: debates contemporâneos**. Goiânia: Editora da UFG, 2017.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1991.

SILVA, Isadora Tavares e. O Coronel e a Santa: embates e tensões entre a medicina e as práticas de cura em Goiás (1920-1960). In: **Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia, Ouro Preto, 2019**. Anais Eletrônicos... Ouro Preto: Editora UFOP, 2019. Disponível em: https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1568936009_A_RQUIVO_4da0b552e45ebf08455203dcb646c987.pdf. Acesso em: 20/01/2025.

SOUZA, Cássia. Periódicos Feministas do Século XIX: um chamado à resistência feminina. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 15., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. **Educação no Campo: lutas, experiências e reflexões**. Anápolis: Ed. UEG, 2018.

SOUZA, M. J. Políticas públicas de gênero e educação em Goiás: avanços e desafios. **Revista Estudos Feministas**, 26(1), e48020, 2018.



SPINOLA, Aristides de Sousa. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz em 1 de junho de 1879.** Goyaz: Typ. Provincial, 1879.

TAVARES, Marisa. Os movimentos feministas na década de 70. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 30, 1995.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história.** Brasília: Editora da UnB, 1982.